

STRONG ESAGS – ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Matheus da Rocha Giacon

Democratização do acesso aos serviços financeiros no Brasil.

Santo André
2021

Matheus da Rocha Giacon

Democratização do acesso aos serviços financeiros no Brasil.

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Economia, à Escola Superior de Administração e Gestão – STRONG ESAGS.

Orientador: Prof. Me. Raphael Bicudo

Santo André
2021

À minha família por todo suporte e contribuição na minha formação.

Agradecimentos

Aos meus pais, irmãos, meu afilhado Pietro e a todos meus amigos que me apoiaram nessa trajetória.

Um agradecimento também ao professor Raphael Bicudo pelas orientações ao longo de todo o trabalho.

Resumo

A inclusão financeira é de extrema importância para o desenvolvimento de um país e do seus cidadãos. Analisando um país de dimensões continentais como o Brasil é possível notar como a inclusão financeira se diferencia entre as regiões do país. A acesso a serviços financeiros podem trazer inúmeros benefícios a população como melhorar a qualidade de vida, trazer incentivos ao pequeno empreendedor e segurança para as famílias nas horas de crise.

Esta monografia busca entender a falta de acesso aos serviços financeiros no Brasil por parte da população com base em dados públicos. O estudo mostra a inclusão financeira no Brasil por região, seus benefícios e como o Banco Central do Brasil tem atuado nisso.

Palavras-chave: serviços financeiros, crédito, desigualdade social, inclusão financeira.

Abstract

Financial inclusion is extremely important for the development of a country and its citizens. Analyzing a country with continental dimensions like Brazil, it is possible to notice how financial inclusion differs between the regions of the country. Access to financial services can bring countless benefits to the population, such as improving the quality of life, providing incentives for small entrepreneurs and security for families in times of crisis.

This monograph seeks to understand the lack of access to financial services in Brazil by the population based on public data. The study shows financial inclusion in Brazil by region, its benefits and how the Central Bank of Brazil has acted in this regard.

Keywords: financial services, credit, social inequality, financial inclusion.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Relacionamento bancário	11
Figura 2 – Motivos para a não posse de conta	12
Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	14
Figura 4 – Serviços Financeiros e ODS	15
Figura 5 – Índice de Inclusão Financeira	18
Figura 6 – Índice de Cidadania Financeira	19
Figura 7 – Índice de Cidadania Financeira	20

Lista de abreviaturas e siglas

BCB	Banco Central do Brasil
ICF	Índice de Cidadania Financeira
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas

Sumário

	INTRODUÇÃO	9
1	ACESSO AOS SERVIÇOS FINANCEIROS NO BRASIL	10
2	OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO FINANCEIRA	14
3	INCLUSÃO FINANCEIRA: BANCO CENTRAL DO BRASIL	17
	CONCLUSÃO	22
	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	23

INTRODUÇÃO

Quando analisamos o tamanho do sistema financeiro do Brasil e inúmeras instituições financeiras que existem, talvez podemos pensar que todos os brasileiros tenham acesso à esses serviços financeiros de alguma forma, porém, não é a realidade. Os motivos que levam a algumas pessoas não terem acessos a serviços financeiros não se devem unicamente ao fato de serem de uma classe mais baixa, aqui podemos citar também problemas como acesso à agências bancárias, restrições de dívidas, alta burocracia do sistema financeiro, altos custos de manutenção de contas , etc.

O problema que isso pode criar é que as pessoas que não estão inseridas no sistema financeiro, a maioria empreendedores autônomos, não terão acesso a crédito e a outras linhas de produto, o que inviabiliza o crescimento desses empreendedores e da região em que estão estabelecidos.

Com isso, este trabalho tem como objetivo analisar os principais motivos que levam as pessoas a não tem relação com instituições financeiras, os benefício de tais relação e como o BCB trata esse assunto. O trabalho irá ser dividido em três capítulos, no qual o primeiro é composto por dados sobre a inclusão no sistema financeiro nas diversas regiões do Brasil..

O segundo capítulo abordara os principais benefícios gerados pela inclusão no sistema financeiro por parte da população.

No terceiro capítulo é demonstrado como o Banco Central do Brasil busca promover a educação e a inclusão financeira no país.

1 ACESSO AOS SERVIÇOS FINANCEIROS NO BRASIL

O acesso aos serviços financeiros pode ser feito através de um contato físico ou digital. Pensando nisso, quando analisamos a quantidade de pontos de atendimento ou correspondentes bancários distribuídos pelo país, podemos perceber uma disparidade entre regiões. Segundo o Banco Central do Brasil (2019), em 2017 o Brasil tinha 260 mil pontos de atendimentos, desses, 26% estavam na região Norte e Nordeste do país e 64% estavam na região Sul e Sudeste.

Segundo o Banco Central do Brasil, a inclusão financeira pode ser definida como o acesso a serviços financeiros que se adequem as suas necessidades.

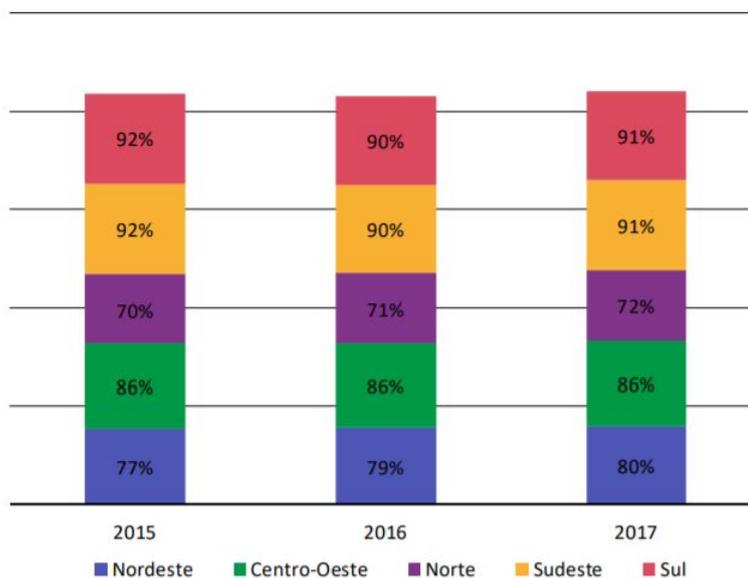
Além de possuir grande capilaridade em termos de pontos de atendimento, o Brasil também é um país com alto percentual de bancarização. Em 2017, mais de 140 milhões (86,5%) de pessoas mantinham algum relacionamento bancário, como contas de depósitos à vista (conhecidas popularmente como contas-correntes), contas de depósitos de poupança e contas-correntes de depósitos para investimento (Banco Central do Brasil, Relatório de Cidadania Financeira, 2019, p. 21).

Apesar de o nível geral de bancarização ser alto segundo os dados administrativos do BCB, o percentual de adultos com relacionamento bancário por região varia, com a Região Sudeste apresentando o maior percentual – 90,9% –, e a Região Norte, o menor, 72,3%. Observa-se que houve crescimento do percentual de adultos com relacionamento bancário nas regiões Nordeste e Norte, entre 2015 e 2017. Esse crescimento é positivo, uma vez que esse foi um período em que houve um cenário econômico desafiador (Banco Central do Brasil, Relatório de Cidadania Financeira, 2019, p. 21).

Analisando os números de adultos bancarizados por região do Brasil no ano de 2017, vimos que as regiões com os maiores percentuais são o Sul e Sudeste, com 91% dos adultos bancarizados. Já a região com o menor percentual é a região Norte, com 72% dos adultos bancarizados.

Figura 1 – Relacionamento bancário

Gráfico 1.11 – Adultos com relacionamento bancário por região



O acesso aos serviços financeiros não está apenas relacionado ao aspecto de ter uma conta corrente ou ter crédito disponível, segundo o Banco Central do Brasil (2019), 58% dos adultos não bancarizados não possuem conta em instituições financeiras porque falta dinheiro ou porque consideram que o custo de manutenção é alto. Ter o acesso à esses serviços pode estar relacionado com o desenvolvimentos social dessas pessoas, o Banco Central do Brasil (2019) considerou alguns efeitos positivos na ampliação do acesso a serviços financeiros e relacionou aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, citando que os serviços financeiros relacionados a crédito ou poupança, podem ajudar as famílias em momentos de crise, acumular poupança e investirem em sua educação.

Refere-se às dificuldades vividas por populações de baixa renda em acessar o sistema financeiro em todas suas dimensões de forma a atender a suas demandas. Tais demandas incluem a abertura de conta-corrente, ter a opção de serviços de pagamento sem a utilização de dinheiro e acesso a crédito em condições satisfatórias de pagamento. Estas necessidades também incluem a oportunidade de montar um portfólio modesto de ativo através de veículos apropriados de poupança e investimento que ofereçam termos flexíveis e fácil acesso a fundos, e que também levem em conta benefícios de segurança social e padrões instáveis de trabalho. (ANDERLONI, 2006, p.7).

Um dos outros motivos que as pessoas deixam de ter relacionamento com instituições financeiras, são as exigências para que isso aconteça. Em maior parte o cliente precisa ter o “nome limpo” e sem dívidas ativas, isso pode atrapalhar na abertura de uma conta ou na hora de contratar alguma linha de crédito.

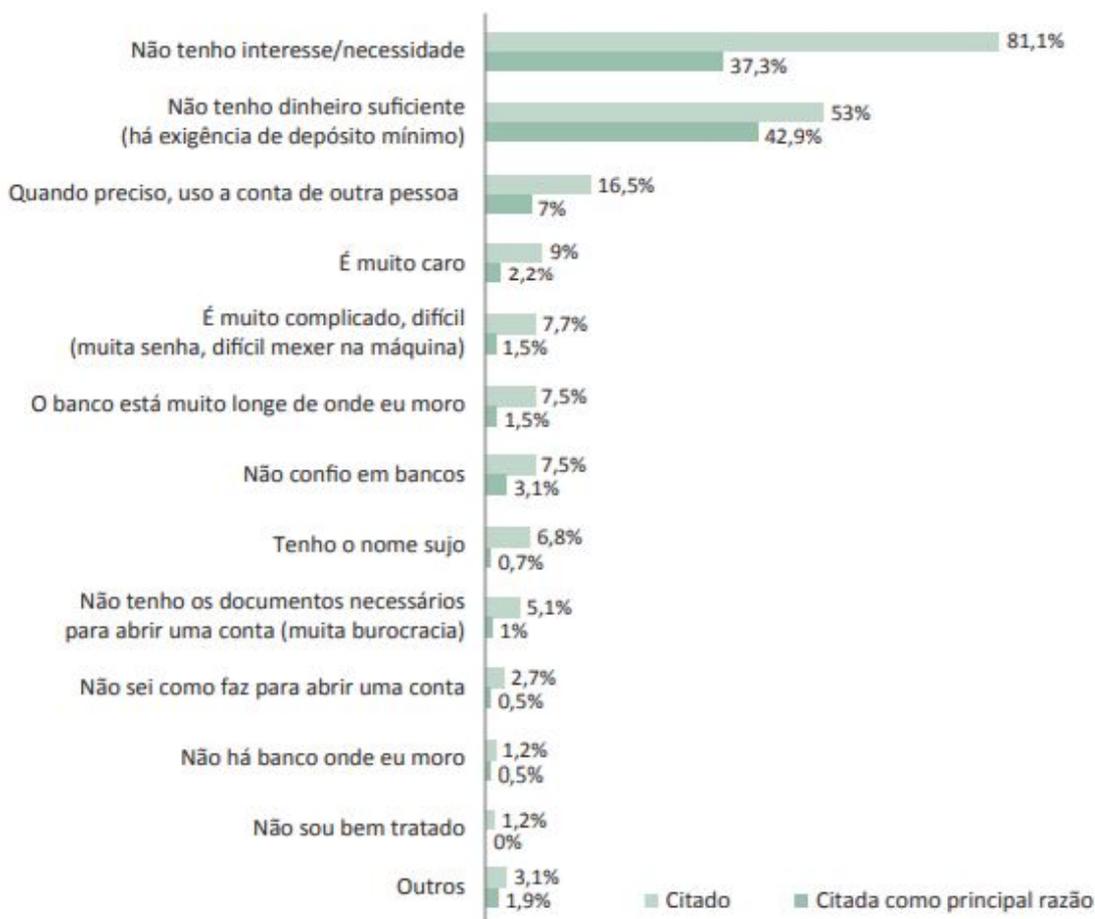
Os motivos apresentados pelos indivíduos para os seus problemas de endividamento foram os seguintes: para 21,6% dos entrevistados os incidentes pessoais e familiares, como o desemprego, a morte de algum familiar, um divórcio, foram os motivos alegados para os seus problemas de endividamento, o consumismo foi a razão para os problemas com as dívidas para 35,1% da amostra e a falta de planejamento foi o motivo citado por 43,1% dos entrevistados (Zerrenner, Sabrina Arruda. Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda. Diss. Universidade de São Paulo, 2007, p.42).

No gráfico abaixo retirado do relatório de Série Cidadania Financeira do BCB, podemos ver alguns motivos indicados por pessoas entrevistadas de não terem conta bancária.

Figura 2 – Motivos para a não posse de conta

GRÁFICO 1.7

Motivos para a não posse de conta



O acesso a serviços financeiros no Brasil pode ser considerado alto, porém, desigual. Analisando a distribuição pelas regiões do país vemos que as regiões no Norte e Nordeste são as que menos são bancarizadas. Vemos também uma dificuldade no acesso a serviços

financeiros principalmente pela população pobre e endividada, o que acaba gerando um ciclo repetitivo. A pessoa passa por uma crise financeira, não tem recursos e meios para aguentar essa crise, se endivida e depois não consegue obter algum serviço financeiro que poderia ajuda-la a criar um pequeno negócio ou qualifica-la profissionalmente, por exemplo.

2 OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO FINANCEIRA

Vimos como os dados do BCB nos trazem uma visão geral do nível de bancarizados por região do país, mas o que esses dados não mostram são os benefícios da inclusão financeira. Podemos pensar que o acesso a serviços financeiros seria apenas ter uma conta-corrente para receber o salário e um limite de cheque especial para usar em casos de emergência. Os benefícios vão muito além disso.

A Organização das Nações Unidas criou Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são compostos por 17 ações que visam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade.

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



O BCB relacionou o acesso a serviços financeiros a alguns ODS, conforme imagem abaixo:

Figura 4 – Serviços Financeiros e ODS

Alguns efeitos positivos da ampliação do acesso a serviços financeiros	ODS relacionados
<p>Os serviços financeiros, como os relacionados a crédito e à formação de poupança, podem ajudar as famílias a absorverem melhor choques financeiros, acumularem ativos, gerenciarem melhor os cuidados médicos e investirem em sua educação. Além disso, no caso das áreas rurais, produtos de crédito e seguros possibilitam que os produtores invistam mais em suas plantações, podendo obter, com isso, maior retorno econômico, e tenham maior capacidade de enfrentar efeitos adversos, como perdas de safra.</p>	 <p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL 3 SAÚDE E BEM-ESTAR</p>
<p>Garantir às mulheres acesso a serviços financeiros contribui para o empoderamento feminino, pois dá a elas maior controle sobre suas finanças e ajuda a ampliar o seu poder econômico, podendo ter reflexos em sua qualidade de vida.</p>	 <p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p>
<p>A ampliação do acesso a serviços financeiros aumenta a possibilidade de mobilizar poupança para o financiamento de empreendimentos produtivos, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de empregos.</p>	 <p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p>
<p>O acesso a crédito, principalmente para pequenos empreendedores e empreendedoras, pode estimular a criação de empresas e a expansão das que já existem.</p>	 <p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p>
<p>Ao contribuir para melhorar a vida das pessoas mais pobres, a inclusão financeira contribui para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais inclusiva.</p>	 <p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p>

Neste caso podemos notar como a inclusão financeira não está apenas relacionada ao fato do cidadão ter acesso a uma conta bancária. O acesso ao crédito, a poupança e incentivo ao pequeno produtor rural, por exemplo, ajudam o país e as famílias no seu desenvolvimento.

Os dados apresentados mostraram um sistema bancário incapaz não somente de atender ao território de forma equilibrada, o que determina a ocorrência da exclusão financeira por acesso, mas também de fornecer produtos que se adequem às características específicas do território onde atua (exclusão financeira por serviço). Ou seja, os produtos bancários são homogêneos, gerando a sub-bancarização para aqueles que não se enquadram no perfil previsto.

Este fato coloca a exclusão financeira em um patamar similar ao de outras formas de exclusão. Isto reforça a necessidade de considerar este fenômeno não apenas como um problema de ineficiência do sistema bancário, gerado por assimetrias de informação e custos de transação, mas sim um fenômeno mais geral de exclusão social, onde a postura adotada pelo sistema bancário é mais um componente em uma dinâmica mais geral. No presente trabalho, foi explorada uma faceta desta dinâmica: suas características regionais. Outras dimensões devem ser analisadas em pesquisas posteriores. (Crocco, M. A., Santos, F., & Figueiredo, A. (2013). Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. *Brazilian Journal of Political Economy*, 33(3), 505-526.)

Vimos como a inclusão financeira pode estar relacionada a benefícios que nem poderíamos imaginar. A diminuição da pobreza e desigualdade, o incentivo a microempreendedores, a segurança para as famílias são apenas alguns exemplos.

Pessoas com acesso apenas a dinheiro físico, se limitam a receber dinheiro do exterior como ajuda de algum parente, de realizar empréstimos, de vender seus produtos numa era de digitalização dos meios de pagamentos e também não estão inclusas como agentes do sistema financeiro.

Uma das consequências é nos benefícios fornecidos pelo Governo para essas pessoas, como foi o caso do auxílio emergencial feito pelo Governo Brasileiro na pandemia da COVID-19 durante o ano de 2020, o pagamento do benefício era feito pela conta digital da Caixa Econômica Federal.

3 INCLUSÃO FINANCEIRA: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Já vimos como se distribui a bancarização pelo Brasil e quais são seus benefícios, porém, o que ainda não vimos é como a evolução deste tema é mensurada pelo governo e órgãos competentes.

O BCB elaborou um indicador chamado Índice de Cidadania Financeira, com duas dimensões, a Inclusão Financeira e a Educação Financeira.

Para a dimensão de Inclusão Financeira, foram usados os seguintes indicadores:

- Quantidade de pontos de atendimento por 10 mil adultos
- Quantidade de POSs por 10 mil adultos
- Percentual da população com acesso à Internet
- Percentual de adultos com relacionamento bancário
- Percentual de adultos tomadores de crédito
- Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres
- População inscrita no Cadastro Único com relacionamento em instituições financeiras
- População inscrita no Cadastro Único com cartão de crédito na modalidade à vista/parcelado lojista
- Inscritos no Cadastro Único com operações de crédito

Para a dimensão de Educação Financeira, foram usados os seguintes indicadores:

- Inadimplência da carteira de crédito,
- Indicador de endividamento PF (sem imobiliário),
- Percentual da população adulta que contribui para o INSS e Depósito *per capita*.

Um dos indicadores usados pelo BCB então para medir o Índice de Cidadania Financeira é o Percentual da população com acesso à Internet. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018), 27,9% dos domicílios na região Norte do país não faziam uso da internet, o menor índice entre as demais regiões. Os principais motivos para o não acesso a internet foram: Falta de interesse para acessar a internet, serviços de acesso à internet era caro e nenhum morador sabia usar a internet. Ainda segundo o IBGE, as pessoas que acessam a internet utilizam em sua maioria um telefone móvel celular.

A Lei n.º 12.965/2014 diz serem princípios da disciplina do uso da Internet no Brasil a garantia da liberdade de expressão, a comunicação e a manifestação do pensamento (art. 3.º, I), complementando que tais princípios “não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (art. 3.º, parágrafo único). Isso leva a crer que o acesso à Internet no País, a partir do Marco Civil da Internet, passa a ser essencial ao exercício da cidadania, como diz expressamente, aliás, o art. 7.º, caput, da Lei n.º 12.965/2014. Como se percebe, o Marco Civil da Internet fomenta no Brasil os direitos comunicativos à medida que considera a Internet como ferramenta essencial para a liberdade da expressão e o exercício da cidadania, bem como para a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico. Tal demonstra que o acesso à Internet tem ligação direta com o tema dos direitos humanos, eis que auxilia na concretização do direito à liberdade de expressão e no exercício da cidadania (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. “Direitos comunicativos como direitos humanos: abrangência, limites, acesso à Internet e direito ao esquecimento.” *Revista do Direito de Língua Portuguesa*, Lisboa 6.1 (2015): 228).

Nos gráficos abaixo podemos ver a apuração do Índice de Cidadania Financeira feita pelo BCB e separado por região do país.

Figura 5 – Índice de Inclusão Financeira

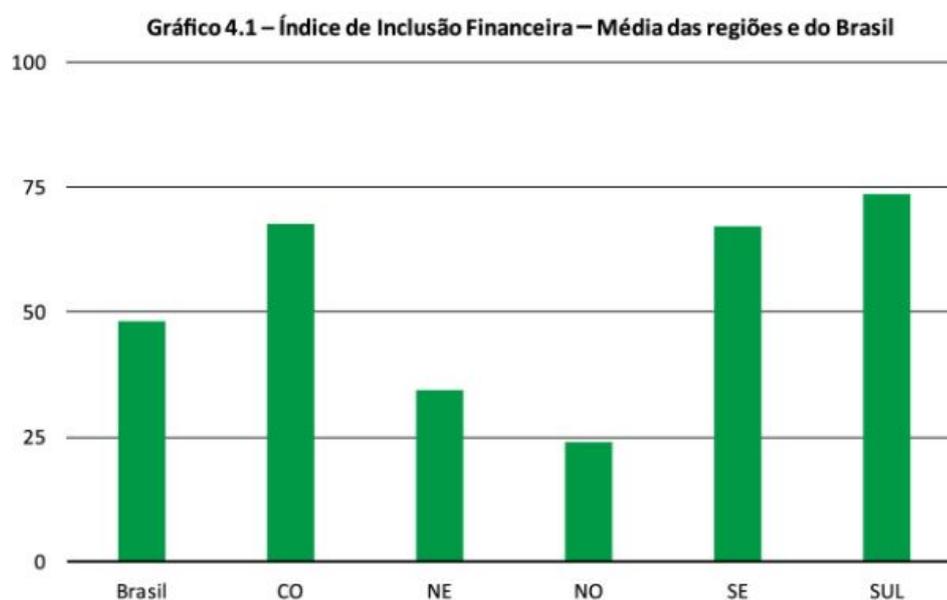


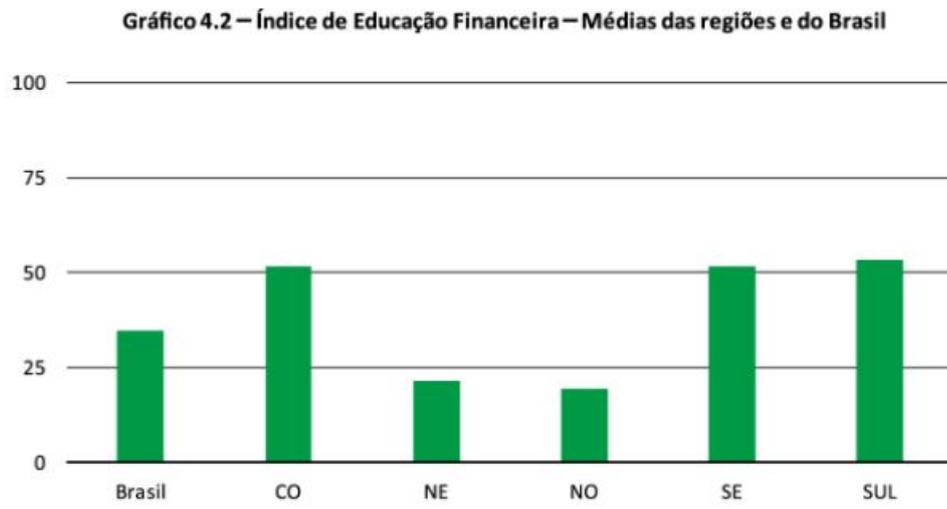
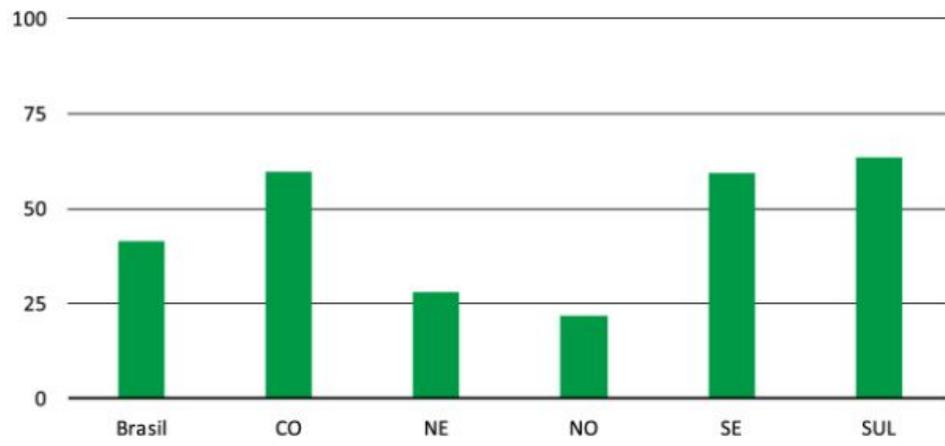
Figura 6 – Índice de Cidadania Financeira

Figura 7 – Índice de Cidadania Financeira**Gráfico 4.3 – Índice de Cidadania Financeira – Médias das regiões e do Brasil**

Podemos observar que as regiões Norte e Nordeste são as que tem o menor Índice de Cidadania Financeira.

Apesar de ser um desafio também para a região Nordeste, há ainda muito o que se avançar em termos de inclusão financeira nos estados da região Norte, caracterizada por baixa densidade demográfica e grandes extensões. Ampliar o acesso a serviços de pagamentos e ao crédito pode passar pelo desenvolvimento de tecnologias e soluções mais adequadas para as especificidades dessa região.

As diferenças entre as regiões Norte e Nordeste são menos evidentes quando se trata da dimensão de educação financeira (Gráfico 4.6). Sendo medida principalmente em termos de volume de depósitos per capita e por indicadores de endividamento e inadimplência, é esperado que esta dimensão esteja ainda mais relacionada à renda. O desafio nesse caso, além da disseminação da educação financeira, é a oferta de produtos e serviços que possam melhor absorver as oscilações de renda que tendem a impactar de forma mais aguda as populações de renda mais baixa, tanto de crédito quanto de instrumentos de investimento e poupança. Banco Central do Brasil, Relatório de Cidadania Financeira 2018.

O objetivo do BCB é que o ICF seja um trabalho inicial e que direcione estratégias e recursos para a ampliação da inclusão financeira no Brasil. A mensuração desse índice é sensível por conta da quantidade de dados envolvidos e da integração necessária para interpretá-los. O desafio é aprimorar o Índice para que ele reflita cada vez mais a realidade e traga benefícios para a população.

CONCLUSÃO

É evidente que o acesso a serviços financeiros no Brasil é impactado pela desigualdade entre regiões e perfis de rendas diferentes. Este não é um problema simples pois envolve um esforço para mapear e traçar estratégias para mitigação dos impactos que a exclusão financeira traz.

Como mostramos ao longo deste trabalho, o BCB já identificou os benefícios que essa inclusão financeira traz e criou um índice para a mensuração do sucesso da inclusão financeira, a tarefa não é fácil, as decisões tomadas pelo BCB irá impacta a vida de milhares de pessoas que podem se beneficiar da inclusão financeira. Um dos caminhos é o Governo olhar cada vez mais essa questão como um problema social que impacta vidas e famílias ao redor do Brasil.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Relatório de Cidadania Financeira. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf

Série Cidadania Financeira, Nº 3 – Uso e Qualidade de Serviços Financeiros no Brasil. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_3_uso_qualidade_servicos.pdf

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. “Direitos comunicativos como direitos humanos: abrangência, limites, acesso à Internet e direito ao esquecimento.” *Revista do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa* 6.1 (2015): 228. Marques, S. B. (2008). Judicialização do direito à saúde. *Revista de direito sanitário*, 9(2), 65-72.

Zerrenner, Sabrina Arruda. Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda. Diss. Universidade de São Paulo, 2007, p.42.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>

Anderloni, L. et al. *New Frontiers in Banking Services: emerging needs and tailored products for untapped markets*, Nova York, Springer, 2006.